



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PROVIMENTO Nº 012/2020-CGJ

(REVOGADO PROVIMENTO Nº 017/2020-CGJ)

**DISPONIBILIZADO NO DJE Nº 6.716, PÁG. 15, DE 02/04/2020**

EXPEDIENTE SEI 8.2020.0010/000560-8

*Estende a forma do plantão presencial previsto no Provimento nº 11/2020-CGJ a todas as especialidades dos Serviços Extrajudiciais, para atendimento de urgências.*

A  
EXCELENTÍSSIMA  
SENHORA  
DESEMBARGADORA **VANDERLEI TERESINHA TREMEIA KUBIAK**,  
CORREGEDORA-GERAL DA JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES  
LEGAIS,

**CONSIDERANDO** a permanência da situação envolvendo o novo coronavírus (COVID-19) e o aumento de casos já confirmados pelo Ministério da Saúde, com a necessidade de se manter o isolamento social da população para evitar a disseminação do vírus;

**CONSIDERANDO** os termos dos Provimentos nº 91/2020, 93/2020 e 94/2020 do Conselho Nacional de Justiça;

**CONSIDERANDO** o disposto nas Resoluções nº 01/2020, 02/2020, 03/2020 e 04/2020, da Presidência deste Tribunal de Justiça, especialmente o art. 3º, §2º, da Resolução nº 03/2020-P, que prevê que as atividades dos serviços notariais e registrais durante a situação emergencial serão reguladas pela Corregedoria-Geral da Justiça;



**CONSIDERANDO** o pedido formulado pelo Fórum de Presidentes das Entidades de Classe Notarial e Registral do Rio Grande do Sul; e

**CONSIDERANDO** a essencialidade dos Serviços Extrajudiciais no cotidiano da nossa sociedade,

**PROVÊ:**

**Art. 1º** - A realização do plantão presencial determinada pelo Provimento nº 94/2020-CNJ e recepcionada no Provimento nº 11/2020-CGJ fica estendida à demais especialidades dos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio Grande do Sul (Tabelionato de Notas, Tabelionato de Protesto de Títulos, Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Registro de Títulos e Documentos) que não puderem oferecer atendimento totalmente remoto aos usuários, para realização das medidas urgentes.

**Art. 2º** - O plantão presencial será de no mínimo duas e no máximo quatro horas, a critério do responsável pela serventia, desde que compreendido o horário entre as 12h e as 16h dos dias úteis.

**Parágrafo único** - O horário de funcionamento do plantão presencial deverá ser informado à Direção do Foro respectiva por e-mail.

**Art. 3º** - Ressalvado o que dispõe o Provimento nº 94/2020-CNJ especificamente em relação aos Serviços de Registros de Imóveis, o atendimento presencial em plantão em relação às outras especialidades permanece sendo limitado aos atos urgentes.

**§ 1º** - O exame da urgência do ato caberá ao notário/registrador responsável pela serventia.

**§ 2º** - Caso o responsável pela serventia entenda não configurada a urgência alegada, o interessado poderá requerer autorização para realização do ato ao Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca a que estiver vinculada a serventia, se durante o horário do Sistema Diferenciado de Atendimento de Urgência pelo Poder Judiciário, ou pelo Juiz de Direito Plantonista, se durante o horário do plantão judicial.

**Art. 4º** - Para efeitos do artigo anterior, atos urgentes são entendidos como aqueles que não possam ser adiados para após o final do período previsto nas normativas de exceção (30/04/2020) sem grave prejuízo ao usuário, a terceiros ou ao interesse público.



**Parágrafo único** - A urgência do ato deve ser apurada caso a caso, sob responsabilidade do notário/registrator, não sendo admissíveis argumentos genéricos tais como a manutenção da atividade econômica em geral ou a continuidade da operação de determinado setor da economia.

**Art. 5º** - Além das determinações exaradas pelas autoridades de saúde locais, o plantão presencial nas serventias deverá observar os seguintes critérios:

**I** - Atendimento individual, na proporção de um usuário por funcionário, evitando-se aglomerações no ambiente interno da serventia, zelando-se para que a distância mínima de dois metros entre os presentes seja respeitada e adotando-se, sempre que possível, o agendamento prévio para a prática do ato.

**II** - Limitação da presença dos prepostos na serventia a no máximo 30% do quadro funcional, observando a distância mínima de dois metros entre eles para prática de suas atividades.

**III** - Realização de rodízio entre os prepostos, quando couber, mantendo-se afastados do labor os maiores de 60 anos, ou que se enquadrem nos demais grupos de risco, ou aqueles sintomáticos.

**IV** - Manutenção das dependências higienizadas de hora em hora e oferecimento de álcool gel aos funcionários e usuários.

**Art. 6º** - Fica revogado o artigo 3º do Provimento nº 009/2020-CGJ.

**Art. 7º** - Este Provimento entrará em vigor na data da publicação e terá validade até o dia 30/04/2020, permanecendo vigentes as disposições dos Provimentos nº 008, 009 e 011/2020-CGJ que não forem conflitantes.

**PUBLIQUE-SE.**

**CUMPRA-SE.**

Porto Alegre, 1º de abril de 2020.

**]DESª. VANDERLEI TERESINHA TREMEIA KUBIAK,**  
**Corregedora-Geral da Justiça.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA